



## RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0146/2026

**Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Guerreiros de Deus de Palhoça/SC e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.**

**Autor :** Deputado Camilo Martins

**Relator:** Deputado Alex Brasil

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 0146/2026, de autoria do Deputado Camilo Martins, que pretende declarar de utilidade pública estadual a Comunidade Terapêutica Guerreiros de Deus de Palhoça, alterando, para tanto, o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conforme justificativa apresentada pelo Autor, a entidade *"tem por finalidade recuperar homens e mulheres dependentes de substâncias tóxicas, por meio de atividades desenvolvidas em suas unidades masculina e feminina em Palhoça/SC, assim como atuar na prevenção ao uso de drogas por meio de ações sociais e educacionais voltadas a crianças, adolescentes e adultos."*

A proposta foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 17 de março de 2026 e encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, em que fui designado relator, com base no inciso VI do art. 130 do Regimento Interno deste Poder.

Nos autos do Projeto de Lei, encontram-se presentes ata da fundação; ata da assembleia geral ordinária da eleição e posse da diretoria; o CNPJ; o estatuto social; a declaração de funcionamento; a declaração de não remuneração dos membros da diretoria; a declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como OSCIP; e o relatório de atividades da entidade.

É o relatório.

### II - VOTO

Comete a esta Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, especialmente quanto ao atendimento dos requisitos formais previstos na Lei Estadual nº 18.269, de 2021, que "Dispõe sobre a concessão e manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Diante da competência atribuída ao Colegiado, promovi a análise da documentação instrutória e verifiquei que foram cumpridos todos os

requisitos legais relativos à espécie, estando a proposição, portanto, apta à sua regular tramitação neste Parlamento.

Ante o exposto, com fundamento nos regimentais arts. 72, I e 144, I, voto pela **ADMISSIBILIDADE** da continuidade de tramitação do **Projeto de Lei nº 0146/2026**.

Sala das Comissões,

Deputado Alex Brasil  
Relator



ELEGIS  
Sistema de Processo  
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Alexander Brasil  
Alves Pereira**, em 05/05/2026, às 14:10.

---